



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Abril de 2025

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em abril de 2025. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	4
Colômbia	6
Equador	8
Guiana	11
Peru.....	14
Suriname	16
Venezuela	18
OTCA	18

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Ao longo do mês de abril de 2025, a Amazônia boliviana foi marcada por cheias de rios em função de algumas das chuvas mais intensas das últimas décadas. O departamento de Beni foi o mais atingido, com a alta do rio Mamoré. Já morreram mais de 50 pessoas em decorrência da cheia, que também afetaram a produção agropecuária, principalmente de gado [1]. Vários territórios indígenas declararam estado de emergência [2].

Na política externa, algumas relações bilaterais tiveram destaque. Com o Brasil, ao longo do mês, a Assembleia Legislativa de Rondônia (ALE-RO) sediou uma reunião entre parlamentares brasileiros e bolivianos. O encontro contou com a presença de senadores e deputados bolivianos, além de autoridades brasileiras, e teve como objetivo fortalecer os laços entre os dois países e discutir projetos estratégicos para a região de fronteira. Entre os temas abordados, estavam a construção da ponte binacional entre Guajará-Mirim (RO) e Guayaramerín (BOL), a situação da alfândega em Costa Marques e os impactos da geração de energia elétrica pela Usina de Jirau [3]. Ainda no âmbito da cooperação bilateral no plano subnacional, o estado brasileiro do Acre passou a importar novos produtos bolivianos, como sal [4]. Os países também avançaram nas políticas de integração energética: ao longo do mês, foi assinado um aditivo a um memorando de entendimento de 2007, visando utilizar a infraestrutura existente para o transporte de gás natural boliviano ao Brasil para também transportar gás natural argentino, produzido no campo de Vaca Muerta [5][6].

Na relação com a Colômbia, houve uma reunião entre Celinda Sosa, chanceler boliviana, e Lena Yanina Estrada, ministra colombiana de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. No encontro, foram discutidos assuntos como o estreitamento da cooperação bilateral para a COP30, a importância do fortalecimento de mecanismos ligados a povos indígenas no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a construção de mecanismos regionais pan-amazônicos de proteção das florestas [7].

Na relação com o Peru, destaca-se a intensificação do controle de segurança nas fronteiras entre os dois países, com o objetivo de combater o tráfico ilegal de madeira e o desmatamento na região [8]. Finalmente, cabe menção ao anúncio realizado pelo vice-ministro de *Minerales Tecnológicos y Desarrollo Productivo Minero Metalúrgico* de que

a Bolívia está negociando com o Irã um acordo para exploração de terras raras em diversas partes do país – inclusive em alguns territórios amazônicos [9].

No âmbito regional, destaca-se a realização da terceira reunião da Rede de Autoridades Amazônicas da Água (RADA), organizada no âmbito da OTCA. A reunião ocorreu na cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra [10]. Além disso, cabe mencionar que Luis Arce, presidente boliviano, destacou a importância da cooperação regional para o combate aos desastres naturais em seu discurso durante o *Día de la Madre Tierra* [11].

Finalmente, cabe nota de que o governo boliviano e o Pacto de Unidade, conjunto de movimentos sociais, anunciaram que lançarão o nome de David Choquehuanca, vice-presidente, na disputa pelo cargo de Secretário Geral das Nações Unidas. Se eleito, Choquehuanca será o primeiro indígena a ocupar o posto [12] [13]. O vice-presidente defendeu a criação de um marco legal para proteger os recursos genéticos e os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas. Ele enfatizou a necessidade de salvaguardar esses patrimônios contra a biopirataria e o uso indevido por interesses comerciais, promovendo sua valorização e preservação [14].

Referências

- [1] Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2025/04/08/chuva-recorde-na-bolivia-faz-vacas-nadarem-para-fugir-de-cheias-veja.ghtml>
- [2] Disponível em: <https://eju.tv/2025/04/territorios-indigenas-de-la-amazonia-norte-y-sur-reportan-desastre-y-claman-por-ayuda-humanitaria/>
- [3] Disponível em: <https://ariquemesonline.com.br/video/brasil-e-bolivia-discutem-projetos-estrategicos-na-fronteira-em-reuniao-historica-na-ale-ro/>
- [4] Disponível em: <https://tvcbrazil.com.br/noticia/15363/governo-do-estado-acompanha-chegada-de-primeiro-lote-de-sal-importado-da-bolivia-para-o-acre>
- [5] Disponível em: <https://www.bnamericas.com/pt/noticias/bolivia-avanca-na-integracao-energetica-com-o-brasil-para-fortalecer-fornecimento-de-eletricidade>
- [6] Disponível em: https://amazoniapress.com.br/bolivia-comeca-a-enviar-gas-argentino-para-o-brasil-atraves-de-gasodutos/#google_vignette
- [7] Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-amazonia/amazonia-en-breve/colombia-y-bolivia-buscan-alinearse-para-la-cop30-de-brasil/>
- [8] Disponível em: <https://spanish.news.cn/20250402/fc1cc8337ee9416394f44e0fef9692aa/c.html>
- [9] Disponível em: <https://www.ecoticias.com/eco-america/bolivia-iran-alianza-tierras-raras-medio-ambiente>
- [10] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2025/04/25/21030/>
- [11] Disponível em: <https://www.erbol.com.bo/gente/arce-urge-fortalecer-la-cooperaci%C3%B3n-regional-para-responder-los-desastres-ambientales>

[12] Disponível em: <https://www.nodal.am/2025/04/bolivia-pacto-de-unidad-postula-a-vicepresidente-choquehuanca-como-candidato-indigena-a-la-secretaria-general-de-la-onu/>

[13] Disponível em: <https://www.prensa-latina.cu/2025/04/25/bolivia-propone-indigena-para-secretario-general-de-la-onu/>

[14] Disponível em: <https://lapatria.bo/2025/04/03/choquehuanca-pide-un-marco-legal-para-proteger-recursos-geneticos-y-conocimientos-tradicionales/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Abril de 2025 foi marcado por iniciativas da sociedade civil e de parlamentares para instar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a barrar a exploração de petróleo pela Petrobras na bacia da Foz do Amazonas (processo que segue dependente de um aval do Ibama para acontecer). No dia 4, o chefe de Estado visitou a aldeia Piaracu, na terra indígena Capoto/Jarina, em Mato Grosso, onde foi cobrado pelo cacique Raoni a manter o petróleo debaixo do mar, a fim de evitar a destruição do meio ambiente e o aquecimento da Terra. [1] Por sua vez, entre os dias 7 e 11, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) organizou a 21ª edição do Acampamento Terra Livre, em Brasília, que colocou o fim da exploração de combustíveis fósseis na Amazônia como uma das demandas reivindicadas ao Estado brasileiro. O evento reuniu lideranças indígenas dos nove países da Bacia Amazônica, articuladas no G9 da Amazônia Indígena, aliança criada no ano passado para defender a floresta. [2]

No âmbito da academia, no dia 2, pesquisadores de diferentes instituições (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Museu do Amanhã, PUC-Rio e Universidade Federal do Rio de Janeiro) publicaram, na revista “Perspectives in Ecology and Conservation”, uma “research letter” intitulada “Green royalties: keeping offshore Amazon free of oil”. O estudo propôs a criação de um fundo de US\$ 19,9 bilhões para remunerar Estados e municípios da Amazônia com valor equivalente ao que ganhariam, em royalties, com a exploração de petróleo no mar da região por 27 anos. [3] No âmbito do Legislativo, no dia 25, um grupo de 42 parlamentares de partidos de esquerda (deputados federais, estaduais e vereadores do PSOL, PT, Rede, PV e PDT) divulgou uma carta, direcionada ao presidente Lula, na qual externou preocupação com a contínua busca do governo federal pela exploração de petróleo na Foz do Amazonas. Para proteger o clima, a biodiversidade do bioma amazônico e os modos de vida de povos e

comunidades tradicionais que vivem nele, o grupo pediu, ao presidente, a suspensão da prospecção de petróleo, em conformidade com a recomendação de especialistas. [4]

Na política externa, o presidente Lula compareceu à abertura da 9ª reunião da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em Honduras, no dia 9. Em discurso, reivindicou uma maior cooperação regional na agenda de energia e lembrou que “o último relatório do IPCC descreve a América Latina e o Caribe como uma das regiões mais vulneráveis do planeta [e que] os riscos de colapso da Floresta Amazônica e de degelo da Antártida são pontos de não-retorno que colocam em xeque nossa sobrevivência”. [5] Por sua vez, no dia 29, o Brasil sediou, no Rio de Janeiro, uma cúpula entre os chanceleres do BRICS. A declaração emitida pelo governo brasileiro ao final do encontro não menciona a Amazônia, mas registra o apoio do grupo ao debate sobre transições energéticas justas, proposto pela África do Sul no âmbito do G20; ao plano de lançamento do Fundo Florestas Tropicais para Sempre, articulado pelo Brasil na COP30; e ao fornecimento, pelos países desenvolvidos, de maiores recursos aos países em desenvolvimento para a implementação de políticas climáticas, conforme reivindicado em fóruns multilaterais. [6]

Por fim, cabe registrar a divulgação, no dia 8, de um estudo feito pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc) a respeito do crime organizado na Amazônia Legal. Segundo o órgão, a taxa de homicídios na região é de 29,6 homicídios por 100 mil habitantes, maior do que o índice nacional de 21,3. A agência atribui a taxa mais elevada ao crescimento de disputas pelo controle de territórios amazônicos entre facções criminosas. Esses grupos lavam dinheiro do narcotráfico por meio da compra de terras, nas quais fazem investimentos em produção agropecuária, extração de madeira e mineração. As práticas ilegais atingem territórios indígenas, como o Yanomani, na fronteira entre Brasil e Venezuela. Nesses territórios, lideranças são assassinadas, rios são contaminados e populações sofrem com o aumento do uso de drogas e da exploração sexual. O Primeiro Comando da Capital (PCC) é apontado como a maior facção em expansão na região. [7]

Referências

[1] Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/a-mensagem-do-cacique-raoni-a-lula-sobre-pesquisar-petroleo-na-margem-equatorial/>

[2] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2025/04/06/povos-indigenas-acampam-em-brasilia-contrapetroleo-na-amazonia/>

[3] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2025/04/16/fundo-de-us-20-bi-pode-incentivar-nao-exploracao-da-foz-do-amazonas.ghtml>

[4] Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2025/04/parlamentares-de-esquerda-enviam-carta-a-lula-contr-a-exploracao-de-petroleo-na-amazonia.shtml>

[5] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/04/discurso-do-presidente-lula-durante-abertura-da-9a-reuniao-da-comunidade-de-estados-latino-americanos-e-caribenhos>

[6] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-da-presidencia-da-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-relacoes-internacionais-dos-paises-membros-do-brics

[7] Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2025/04/1847126>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 3 de abril, a ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, Lena Estrada, reuniu-se com os governadores das regiões da Amazônia e da Orinoquia [1]. A reunião foi fruto da intenção de Estrada de manter um espaço de diálogo com os governadores locais, já que a ministra reconhece que a participação dos atores regionais é fundamental para a preservação dos ecossistemas. Na ocasião, Estrada solicitou que os governadores elaborem uma estratégia de posicionamento para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que será realizada em novembro, no Brasil. O Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável recomenda o estabelecimento de um posicionamento comum dos governadores na COP30 para “consolidar um mercado internacional de turismo sustentável e negócios verdes na Colômbia” [1]. Como resultado do encontro, foi acordada a criação de um roteiro junto aos órgãos territoriais permanentes amazônicos para implementar metas ambientais. Também foram definidas prioridades para a proteção da biodiversidade.

No dia 10 de abril, autoridades do governo colombiano e lideranças indígenas amazônicas celebraram uma sentença favorável às demandas feitas por autoridades indígenas conhecidas como “Jaguares de Yuruparí” à Corte Constitucional da Colômbia [2]. As autoridades solicitaram, em suma, a proteção de seus direitos à identidade, ao território, à autodeterminação dos povos, à sobrevivência física e cultural, à água e a um meio ambiente saudável, frente aos riscos apresentados por atividades de mineração em territórios amazônicos [3]. A decisão da Corte reconheceu os impactos relatados pelas comunidades indígenas e a negligência das autoridades governamentais em relação à questão. Além disso, estabeleceu soluções a serem adotadas, que vão desde o

reconhecimento mais amplo dos direitos dos povos demandantes até ordens de ação imediata para o governo colombiano. A ministra Lena Estrada afirmou que a decisão “fornece uma orientação muito específica para o Ministério do Meio Ambiente: devemos apoiar este território historicamente vulnerável” [2]. Na ocasião, Estrada ainda acordou iniciar um trabalho conjunto com o Órgão de Coordenação de Yuruparí para desenvolver um plano de ação compartilhado para implementar a decisão [4].

A ampliação do escopo de proteção dos direitos dos povos indígenas também foi defendida pela ministra em fóruns multilaterais. No dia 21 de abril, Estrada esteve presente em Nova Iorque para sessão do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas (UNPFII). Em seu discurso, a ministra destacou a necessidade de garantia dos direitos aos povos originários. Segundo a liderança, a participação dessa população é essencial no processo de enfrentamento à crise climática global. Fazendo referência à Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2008, a primeira indígena ministra da Colômbia reivindicou a maior participação dessas populações na ONU; o reconhecimento de suas ancestralidades; e a implementação de políticas sobre o direito de mulheres e meninas indígenas. Além disso, ao abordar a COP30, Estrada defendeu o acesso direto dos povos indígenas a fundos financeiros para o clima e a biodiversidade sem a intermediação de governos ou agências não-governamentais. Outro ponto destacado foi o risco do uso e produção de combustíveis fósseis. De acordo com a ministra, o setor de exploração de óleo e gás é uma das principais ameaças às populações indígenas [5].

Seguindo a agenda governamental, no dia 27 de abril, a Unidade Nacional de Gestão de Riscos e Desastres (UNGRD) promoveu um encontro voltado para o desenvolvimento de uma estratégia regional de combate às mudanças climáticas. Contando com a presença de seis governadores de estados amazônicos colombianos, a cúpula promoveu a assinatura de uma declaração conjunta e o desenvolvimento de um planejamento estratégico regional voltado ao enfrentamento de incêndios, desmatamento e proteção da biodiversidade [6].

Já no dia 29 de abril, Estrada participou de uma reunião com o Secretário Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Martin von Hildebrand. A expectativa do ministério foi de avançar “em uma agenda conjunta rumo à V Cúpula de Presidentes da Amazônia” [7]. Esse encontro presidencial, que acontecerá em agosto de 2025, na Colômbia, pode se tornar o principal meio para debate e desenvolvimento de uma “visão amazônica comum” para a COP30 [7][8].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/abrimos-el-dialogo-para-fortalecer-la-agenda-ambiental-con-gobernadores-de-la-amazonia-y-orinoquia-ministra-lena-estrada/>
- [2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/gobierno-y-autoridades-indigenas-del-yurupari-anuncian-acciones-en-cumplimiento-de-sentencia-t-106-de-la-corte-constitucional/>
- [3] Disponível em: <https://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/2025/t-106-25.htm>
- [4] Disponível em: <https://www.prensa-latina.cu/2025/04/12/colombia-gobierno-y-lideres-indigenas-celebran-fallo-sobre-amazonia/>
- [5] Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/en-vivo/en-la-onu-minambiente-exige-recursos-directos-a-las-comunidades-indigenas/>
- [6] Disponível em: <https://noticiasnvc.com/colombia-fortalece-compromiso-climatico-con-estrategia-en-la-amazonia/>
- [7] Disponível em: https://www.instagram.com/p/DJDNtjOtDhX/?igsh=QkFJd3lxeDI4WQ%3D%3D&img_index=1
- [8] Disponível em: <https://anabolivia.org/redes-de-la-amazonia-proponen-dialogo-entre-gobiernos-y-sociedad-civil-para-retomar-agenda/#:~:text=La%20Cumbre%20de%20los%20Presidentes%20de%20la%20Amazonia%20se%20realizar%C3%A1,los%20pueblos%20y%20la%20Naturaleza.>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

A empresa de tecnologia e pagamentos PayJoy, em parceria com a Nantuk, doou dispositivos tecnológicos às comunidades Achuar de Ikiam, Saume, Tsunkintsa e Kuserua, localizadas no cantão Taisha, província de Morona Santiago em 3 de abril de 2025. A doação incluiu oito smartphones e uma antena Starlink, permitindo que mais de 360 pessoas tenham acesso a comunicação, educação e serviços essenciais via internet. Para realizar essa entrega, a PayJoy colaborou com a ONG Violín Rojo Círculo Social e líderes comunitários. A coordenação com esses parceiros foi fundamental para instalar a antena, distribuir os dispositivos e capacitar os beneficiários. [1]

Uma operação conjunta entre as Forças Armadas e a Polícia Nacional resultou na inutilização de uma pista de pouso clandestina na comunidade de Huamboya, na província de Morona Santiago, em 3 de abril de 2025. A pista, utilizada para atividades de narcotráfico, estava disfarçada sob a fachada de uma igreja evangélica. Segundo informações divulgadas pela Força Aérea Equatoriana (FAE), a infraestrutura era operada por cidadãos mexicanos que não conseguiram justificar a origem dos fundos utilizados

para sua construção. Embora o Equador não produza cocaína, tornou-se um importante centro logístico para o narcotráfico internacional devido às fragilidades nos sistemas de controle de fronteiras, portos e aeroportos, transformando o país em um ponto crucial na cadeia global do narcotráfico. [2]

Em temas ambientais, durante uma cerimônia em Quito, o governo anunciou a Segunda Contribuição Determinada a Nível Nacional (NDC), a fim de reduzir as emissões de gases do efeito estufa em 7% com recursos próprios e até 15% com apoio internacional [3]. O anúncio liderado pelo Ministério do Ambiente Água e Transição Ecológica (MAATE) contou com o apoio técnico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Cerca de 2700 pessoas participaram do processo de elaboração da meta, entre lideranças indígenas, mulheres e jovens. O Equador é o terceiro país da região a cumprir com este compromisso de anúncio, que engloba ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

A III Conferência pela Amazônia Que Queremos ocorreu em 9 de abril e reuniu mais de 300 cientistas, líderes indígenas e sociais, autoridades governamentais e acadêmicos, em Quito, para discutir os desafios que a região enfrenta, analisando-os de diversas perspectivas e propondo alternativas para os problemas que afetam a população, a flora e a fauna. Organizado pelo Painel Científico pela Amazônia (SPA) e pela Universidade San Francisco de Quito (USFQ), o encontro foi considerado um importante prelúdio para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2025, conhecida como COP30, que será realizada no Brasil entre 10 e 21 de novembro deste ano. [4]

Um novo desastre ambiental atingiu a Amazônia equatoriana em 16 de abril de 2025. O rompimento de uma tubulação provocou um vazamento de petróleo, de acordo com a empresa Petroecuador. A estatal comunicou que o vazamento ocorreu na entrada da plataforma Yulebra 4, na província de Orellana. Segundo a entidade, o incidente foi causado pela colisão de um veículo particular, que realizava trabalhos na área e danificou a linha de fluxo de produção. Além disso, estão sendo realizadas inspeções conjuntas com o MAATE e representantes da comunidade, com o objetivo de avaliar a área. Esse novo incidente se soma a uma longa lista de vazamentos ambientais registrados no país, o mais recente ocorrido em 13 de março na província de Esmeraldas. [5]

Em 24 de abril, o Ministério da Saúde do Equador confirmou um caso de febre amarela em um paciente de 26 anos da província de Zamora Chinchipe, na Amazônia. A

entidade informou que todos os contatos próximos do paciente (familiares e ambiente de trabalho) estão sob observação sem apresentar sintomas. O ministério indicou que ativou os protocolos de contenção sanitária, que incluem a notificação aos distritos de Saúde correspondentes e a coordenação com o Instituto Nacional de Investigação em Saúde Pública para a coleta e análise de amostras, detectando que a contaminação se deu a nível doméstico. [6]

Um outro alerta epidemiológico foi decretado em comunidades indígenas da Amazônia equatoriana próximas a fronteira com o Peru, após a morte de sete jovens com sintomas associados a malária. O Ministério da Saúde informou que iniciou uma campanha integral de saúde em Taisha, na província amazônica de Morona Santiago, onde comunidades do povo indígena achuar registraram as mortes, cujas causas estão sendo investigadas. Até o momento, mais de 150 testes rápidos para malária foram realizados, dos quais dois deram positivo. [7]

No dia 29, o MAATE anunciou um Plano de Ação para a Conservação dos Botos no Equador (2025-2035), política que visa a proteção das espécies amazônicas afetadas pelas contaminações dos rios, pesca irregular, tráfico ilegal e intervenção humana [8]. A ação contou com a participação do diretor do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) do Equador, Tarsicio Granizo, e com o apoio da *Iniciativa Regional de Delfines de Río* (SARDI) e do *Instituto Nacional de Biodiversidad* (INABIO). O plano é estruturado em quatro pilares: pesquisa e monitoramento científico; conservação e manejo sustentável; educação e comunicação; e governança efetiva. Com isso, o governo pretende abarcar desde a identificação de ameaças até o fortalecimento de políticas públicas voltadas à proteção dos ecossistemas aquáticos.

Também no fim do mês, o governo equatoriano anunciou a designação de dois novos Geoparques Mundiais da UNESCO: o Geoparque Volcán Tungurahua e o Geoparque Napo Sumaco [9]. Localizadas na Amazônia Equatoriana, as regiões são reconhecidas pela diversidade natural, geográfica e geológica e suas novas denominações refletem o esforço conjunto de autoridades nacionais, comunitárias e academia em prol do desenvolvimento sustentável. Com estas novas designações – somadas ao Geoparque Mundial de Imbabura - o Equador se torna o segundo país com a maior quantidade de regiões protegidas na América Latina e no Caribe.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.primicias.ec/branded/donacion-tecnologia-amazonia-ecuatoriana-payjoy-92170/>
- [2] Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2025/04/04/descubrieron-y-destruyeron-una-narcopista-en-la-amazonia-se-escondia-detras-de-una-falsa-iglesia/>
- [3] Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/ecuador-presento-la-segunda-contribucion-determinada-a-nivel-nacional-ndc/>
- [4] Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/economia/conservacion-de-la-amazonia-ecuador-desafios-y-soluciones-2025-foro-quito-nota/?outputType=amp>
- [5] Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/derrame-crudo-afecta-amazonia-ecuador-tras-ruptura-tuberia-orellana.html>
- [6] Disponível em: <https://www.lahora.com.ec/pais/casos-de-fiebre-amarilla-en-ecuador-no-se-contagiaron-en-el-extranjero-sino-en-la-amazonia/>
- [7] Disponível em: <https://www.infobae.com/america/agencias/2025/04/25/alerta-epidemiologica-en-region-amazonica-de-ecuador-tras-la-muerte-de-al-menos-7-menores/>
- [8] Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/el-maate-y-wwf-presentaron-el-plan-de-accion-para-la-conservacion-de-los-delfines-de-rio-2025-2035/>
- [9] Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ec/2025/04/30/ecuador-suma-dos-nuevos-geoparques-mundiales-de-la-unesco-volcan-tungurahua-y-napo-sumaco/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

No dia 8 de fevereiro, o site InfoAmazônia publicou uma matéria bastante informativa sobre o quadro socioambiental na Guiana. Com o título “ExxonMobil consolida ‘petroestado’ em meio a denúncias ambientais na Guiana”, a reportagem trata de diversos pontos, dos quais destacamos alguns e dividimos desta forma para registrar e analisar neste monitor: 1) poluição, 2) ameaça às comunidades locais e 3) dependência de nações estrangeiras [1].

O primeiro ponto refere-se a uma preocupação de dimensão mundial: a poluição e seus impactos na natureza e conseqüentemente na vida das pessoas. A reportagem denuncia que a ExxonMobil realizou práticas ilegais de *flaring*, que representa a queima de gás excedente da extração de petróleo. A licença ambiental outorgada à ExxonMobil, aprovada em 2017 para a exploração do campo Liza Fase 1, só autorizava o *flaring* em casos de manutenção ou emergência. No entanto, segundo o levantamento feito pela reportagem a partir de dados da SkyTruth e de uma consultoria feita pelo Instituto Arayara, entre 2019 e 2023, a ExxonMobil queimou 687 milhões de metros cúbicos de gás, o que é equivalente a liberação de 1,32 milhão de toneladas de CO₂. Esses dados colocam a Guiana como o segundo maior emissor por *flaring* na Pan-Amazônia, perdendo apenas para o Equador. Em 2021, três ativistas denunciaram a ilegalidade para a Agência

de Proteção Ambiental da Guiana (EPA). O resultado foi que, um mês depois das denúncias, a EPA revisou a licença e flexibilizou a prática. Concretamente, o aparato estatal permitiu que a empresa e suas subsidiárias queimassem mais gás caso pagassem pelo ato, e o valor estipulado foi de US\$ 45,00 por tonelada. A nosso ver, esse caso particular da Guiana revela, ou reforça, muitos aspectos gerais da dificuldade de conciliação entre meio ambiente e modo de produção capitalista.

O segundo ponto da reportagem refere-se às inseguranças provocadas às comunidades locais, com destaque para as comunidades pesqueiras e as comunidades indígenas. Em primeiro lugar, o cotidiano do tráfego costeiro não só aumentou, mas também sofreu mudanças significativas no que tange ao tamanho das embarcações petroleiras. Essa dinâmica impactou diretamente a pesca local, pois afasta os cardumes e, portanto, diminui a capacidade competitiva de pescadores locais frente a empresas importadoras de pescados. Também há um receio de que os possíveis vazamentos de petróleo podem afetar diretamente os mangues, que são berçários de muitas espécies de peixes. Sobre os povoados indígenas, a questão central apurada pelos jornalistas é que o projeto do Estado da Guiana compreende o equilíbrio entre as emissões de carbono por parte das atividades petroleiras e a capacidade de suas florestas em capturar carbono, de forma que haveria uma compensação. Além disso, a Guiana utilizaria o mercado de crédito de carbono para capitalizar as florestas. Para os povos indígenas, o governo ofereceu a distribuição de 15% do total da receita dos créditos de carbono. Contudo, esse mecanismo distributivo não confere autonomia às comunidades, pois, segundo discorre a reportagem, os povos não são consultados e não fazem ideia das decisões tomadas a respeito da floresta em si. Portanto, os fluxos monetários acabariam cumprindo um papel de silenciador. Em suma, parece-nos que a emergência de uma indústria petroleira na Guiana instiga contradições do ponto de vista da população local, pois, ao mesmo tempo em que injeta algum dinheiro na economia local, também traz riscos para as formas de produção e reprodução tradicionais da vida.

O último ponto da reportagem traça um histórico da dependência e da vulnerabilidade da Guiana em relação a nações estrangeiras. O país tornou-se independente do Reino Unido em 1966, inserindo-se na divisão internacional do trabalho como exportador de bens básicos, como o açúcar. Em 2015 a ExxonMobil descobriu grandes reservas de petróleo na costa de Essequibo, o que mudou a realidade do país. Toda a exploração e exportação de petróleo passou a ser feita por empresas estrangeiras, sendo a ExxonMobil uma espécie de “empresa líder”. O governo da Guiana apenas delega

as atividades. O resultado foi um acordo que destina cerca de 12,5% da receita bruta mensal e apenas 2% dos royalties ao governo da Guiana. No Brasil e nos EUA, a distribuição dos royalties é de 15% e 16%, respectivamente. A nosso juízo, parece patente que a dinâmica desigual na Guiana possui justificativa histórica, pois a falta de capacidade endógena do Estado é também fruto dos anos de colonização, já que o território possuía uma função de colônia. Apesar de décadas como país independente, não é trivial e muito menos fácil construir capacidades produtivas adequadas em um sistema tecnológico competitivo, cujos motores de inovação são praticamente reservados a certos países.

Cabe analisarmos mais detidamente as questões acima à luz do “grande jogo” da geopolítica mundial. A história e a dimensão atual da Guiana a situam como um Estado com pouco poder de barganha e, portanto, frágil perante as pressões exógenas. Concretamente, refiro-me às demandas energéticas que o próprio modo de produção capitalista impõe e aos interesses das grandes potências que acabam repercutindo na Guiana. Sobre o modo de produção, basta dizer, por enquanto, que os países necessitam produzir mercadorias para obterem recursos e, com isso, possibilidades de crescimento e desenvolvimento maiores. Não cabe aqui discutir a diferença entre crescimento e desenvolvimento, nem se o aumento da produção de mercadorias implica em bem-estar social.

Sob essa infraestrutura econômica, desenrola-se a disputa entre os Estados no sistema internacional, que atualmente manifesta-se, principalmente, no “antagonismo” entre Estados Unidos e China. A localização geográfica da Guiana indica, em partes, seu destino geopolítico. A influência estadunidense é fator quase impossível de se escapar, simplesmente porque esse país é a maior potência desde a Segunda Guerra Mundial e opera para manter seu *status quo* no mundo e na região. O aparelho de poder estadunidense inclui suas empresas privadas, de forma que o Estado se prontifica a defendê-las (como pode ser observado na questão de Essequibo e as tensões com a Venezuela dos últimos anos). Apesar disso, a China marca presença na Guiana, o que pode ser reforçado pela participação do país no projeto da Nova Rota da Seda. Porém, à luz da competição com os Estados Unidos, parece que o espaço para movimentos pendulares por parte da Guiana vem sendo reduzido. Como vemos mostrando nesta série de monitores, há um aumento da pressão de Washington a um alinhamento com os Estados Unidos em detrimento da China, mesmo que o governo eleito na Guiana não concorde plenamente com essa “escolha forçada”.

Em suma, a Guiana, frente às grandes potências internacionais e limitada por sua própria geografia e história, possui pouco grau de autonomia. Certamente, todo Estado é capaz de agência própria, mesmo que pressionados pela geografia, como bem demonstrou Cuba em 1959. Porém, o preço a se pagar pode ser demasiadamente alto. Não pretendemos com esse escrito retirar a autonomia do governo da Guiana frente aos seus desafios e nem justificar as atividades poluidoras a partir de um argumento raso sobre “forças estruturais internacionais”. O que queremos registrar, mesmo que de forma breve e ensaística, é a complexidade de fatores e atores que compõem as múltiplas faces dos desafios Guiana, em um sistema internacional específico e em um tempo histórico particular. A floresta amazônica é peça central para compreender o futuro da Guiana, e qualquer opção política de desenvolvimento e relações externas, no caso dos governos do país, repercutirá nesse espaço.

Referências

[1] Disponível em: <https://infoamazonia.org/2025/04/08/exxonmobil-consolidapetroestado-em-meio-a-denuncias-ambientais-na-guiana/>

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

No mês de abril, representantes dos Ministérios do Meio Ambiente (Minam) e das Relações Exteriores se reuniram com autoridades de países asiáticos para assinarem acordos e promoverem projetos com o objetivo de fortalecer ações contra as mudanças climáticas. O primeiro desses encontros aconteceu no dia 1º, entre Peru e Singapura. O ministro do Meio Ambiente do Peru, Juan Carlos Castro, e a ministra de Sustentabilidade e Meio Ambiente da Singapura, Grace Fu, assinaram, virtualmente, um acordo nos termos do Artigo 6 do Acordo de Paris, visando fortalecer a cooperação entre os países e promover projetos para redução das emissões de carbono. A iniciativa foi o segundo acordo desse tipo assinado pelo Peru e o quarto pela Singapura, porém o primeiro firmado com um país das Américas. A assinatura faz parte da Estratégia Nacional para Mudanças Climáticas do Peru até 2050 (ENCC 2050). [1]

Já no encontro do ministro Juan Carlos com o ministro de Ecologia e Meio Ambiente da China, Huang Runqiu, no mesmo dia, não houve assinatura de acordos.

Porém, o encontro aconteceu no âmbito do Acordo de Cooperação Ambiental que foi assinado anteriormente, em visita oficial da presidente Dina Boluarte à China. O encontro sinalizou o esforço dos países em promover a proteção ambiental e o manejo sustentável dos recursos naturais, identificando atividades e projetos conjuntos baseados em critérios de igualdade e benefício mútuo, dentro dos princípios de cooperação Sul-Sul. As áreas prioritárias incluem conservação da biodiversidade, gestão de áreas naturais protegidas, controle da poluição marinha e tratamento de resíduos sólidos. [2]

Em 27 de abril de 2025, a vice-ministra de Desenvolvimento Estratégico dos Recursos Naturais do Minam, Raquel Soto, reuniu-se com o embaixador da Coreia do Sul no Peru, Jong-uk Choi, para discutir a implementação de estratégias conjuntas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Esse encontro fez parte do Acordo de Cooperação sobre Mudanças Climáticas firmado entre os dois países, em vigor desde dezembro de 2024. O acordo busca o desenvolvimento de projetos relacionados à eficiência energética e agricultura sustentável, além de promover o mercado de carbono por meio da conservação e manejo sustentável das florestas. Esses temas foram debatidos, também, no Seminário de Cooperação Coreia-Peru sobre Mudanças Climáticas, realizado em Lima em 25 de abril. [3]

Ainda no plano internacional, para além da Ásia, o ministro do Meio Ambiente peruano anunciou a formalização de um acordo com o Banco Mundial para o financiamento de 14 milhões de dólares para desenvolvimento de mercados de carbono na região amazônica do país. Além disso, informou que estão em curso negociações com empresas estrangeiras interessadas em aportar até 750 milhões de dólares em iniciativas voltadas à recuperação florestal, captura de carbono e fomento a econegócios e bionegócios sustentáveis. [5]

No plano doméstico, o Ministério das Relações Exteriores do Peru sediou o primeiro diálogo interministerial, contando com a participação dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e da Cultura, para discutir a renovação da Declaração Conjunta de Intenção sobre REDD+, mecanismo de mitigação das mudanças climáticas que visa a redução de emissão de gases do efeito estufa provenientes do desmatamento e degradação florestal na Amazônia peruana. A reunião teve como objetivo avaliar os avanços alcançados e estabelecer diretrizes para a próxima fase da cooperação internacional com países como Noruega, Alemanha e Reino Unido, reforçando o compromisso com a conservação dos ecossistemas amazônicos e o desenvolvimento sustentável. [5]

Além disso, o Ministério do Meio Ambiente do Peru organizou o evento “ABC do Mercado Voluntário de Carbono no Peru: Fundamentos e Oportunidades”, reunindo mais de 150 participantes de diversos setores, públicos e privados. O objetivo foi fortalecer capacidades e construir uma visão comum sobre o desenvolvimento de um mercado nacional de carbono voluntário, transparente e alinhado com os compromissos climáticos do país. Durante o evento, foram abordados temas como o marco normativo nacional, padrões de certificação internacional e salvaguardas ambientais e sociais. A vice-ministra de Desenvolvimento Estratégico dos Recursos Naturais, Raquel Soto, destacou a oportunidade do Peru de liderar na região mercados de carbono de alta integridade. [6]

Por fim, o Ministério do Meio Ambiente do Peru e o Governo Regional de Pasco firmaram um convênio para fortalecer a gestão responsável dos recursos naturais. Esse acordo visa impulsionar o ordenamento territorial e a gestão sustentável dos recursos naturais, com ações conjuntas para enfrentar o desmatamento, conservar a biodiversidade e melhorar a gestão de resíduos. A iniciativa é parte do objetivo do governo em trabalhar em parceria com os povos indígenas para proteger os bosques amazônicos [4].

Referências

[1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1137772-peru-y-singapur-firman-acuerdo-que-promovera-proyectos-de-inversion-para-reducir-emisiones-de-carbon>

[2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1141841-peru-y-la-republica-popular-china-promoveran-proyectos-en-diversidad-biologica-y-cambio-climatico>

[3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1158940-peru-y-corea-unen-esfuerzos-frente-a-impactos-del-cambio-climatico>

[4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1143070-gobierno-resalta-trabajo-conjunto-con-pueblos-indigenas-para-proteger-los-bosques-amazonicos>

[5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1140406-cancilleria-fue-sede-del-primer-dialogo-viceministerial-para-la-renovacion-de-la-declaracion-conjunta-de-intencion-sobre-redd>

[6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1142446-peru-impulsa-el-desarrollo-del-mercado-voluntario-de-carbono-con-actores-publicos-y-privados>

Suriname

Por Guilherme Fritz

No dia 18 de abril, o Embaixador chinês para o Suriname, Lin Ji, publicou o seguinte artigo no Times of Suriname: “The U.S. Abuse of Tariffs Harms Both and Itself”. O artigo refere-se às tarifas comerciais anunciadas por Donald Trump no início de abril e faz uma crítica a postura estadunidense. O embaixador enquadrou a ação como uma imposição da hegemonia americana que se coloca acima dos demais países a partir de um argumento pautado no déficit comercial. Mais uma vez na história, os Estados Unidos agiriam unilateralmente e criariam distúrbios no mundo, como em 1971, 1973 e 1979 [1]. O percentual das tarifas impostas pelos EUA foi de 10% para o Suriname, um tipo de média estabelecido aos países da América do Sul [2].

Cabe analisar o momento de publicação deste artigo do embaixador chinês à luz da conjuntura da geopolítica global. No final de março, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, esteve no Suriname. Em seu discurso, ao lado do presidente do país, Chan Santokhi, Rubio foi transparente e objetivo ao dizer que os Estados Unidos estão incomodados com a presença chinesa na região e que os países deveriam ter outras escolhas para fazer negócio, no caso, com empresas estadunidenses. Por mais que o Suriname queira desviar de qualquer tipo de alinhamento, o que Rubio fez foi expor que o país já está enquadrado na “grande jogada” estadunidense do presente, que é ganhar poder relativo em relação à China [3].

O artigo de Lin Ji, logo, não se trata apenas de uma crítica sóbria a respeito dos efeitos imediatos e deletérios das tarifas comerciais, mas também da manifestação de que a China opera de forma distinta no Suriname e na região. Segundo o embaixador insinua nas entrelinhas, a China traz “estabilidade”, e não instabilidade. O Suriname, que possui mais de 90% de seu território coberto pela floresta amazônica, aparece como uma peça em disputa nessa rivalidade sino-estadunidense, que denota a concorrência entre forças políticas para influenciar escolhas do governo surinamês sobre os rumos de seu desenvolvimento e, portanto, da porção da Amazônia que lhe cabe administrar [1].

Referências

[1] Disponível em: http://sr.china-embassy.gov.cn/eng/sbgxyw/202504/t20250420_11598600.htm

[2] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2025/04/02/tarifas-de-trump-veja-novas-taxas-dos-eua-anunciadas-para-cada-pais.htm>

[3] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=B_K4Zv4wsrQ

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

No mês de abril de 2025, o assunto que predominou na agenda política da Venezuela foram os preparativos para as eleições parlamentares e regionais no país, agendadas para o dia 25 de maio. Temas sobre a Amazônia não estiveram presente nas agendas do Presidente ou do Ministério de Relações Exteriores, e nem mesmo as tradicionais operações das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas na região foram noticiadas. Denúncias sobre mineração ilegal na região também não foram registradas.

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 1º de abril, representantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) do Brasil se encontraram em Brasília para tratar dos detalhes da parceria estratégica firmada entre as duas instituições [1]. No encontro, as autoridades assinaram uma carta de intenções com o objetivo de ampliar os esforços em torno da promoção da bioeconomia amazônica, o uso de recursos naturais e a integração entre os países da região. O Secretário Nacional de Políticas de Desenvolvimento (SDR), Daniel Fortunato, pontuou que a parceria pode ampliar a cooperação entre empresas e universidades, além de fomentar projetos na área de ciência e tecnologia, com destaque para a Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável do MIDR (BioRegio).

A OTCA declarou interesse em participar do projeto atuando na captação de recursos nacionais e internacionais, além de promover a cooperação transfronteiriça. Tais recursos serão investidos na estruturação de ecossistemas de inovação baseados na bioeconomia amazônica, seja pela criação de laboratórios em Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) regionais, instalação de incubadoras de *startups* e centros empresariais e/ou contratação de consultorias para o desenvolvimento de projetos de inovação.

No dia 4 de abril, líderes da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil) se reuniram com o Diretor-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand [2]. Durante o encontro, eles conversaram sobre a possibilidade de fortalecer a cooperação entre as duas instituições e os últimos projetos postos em prática pela REPAM-Brasil e a REPAM-

Colômbia em parceria com o Instituto Pan-Amazônico. Outra pauta do encontro foi a 5ª Cúpula de Presidentes dos Países Membros do Tratado de Cooperação Amazônica marcada para agosto em Bogotá, na Colômbia, e a COP30 que acontecerá em novembro em Belém do Pará, no Brasil. Por fim, as lideranças reforçaram o compromisso com a defesa dos povos e dos territórios da Amazônia.

No dia 14, lideranças dos povos indígenas Ashaninka, Yawanawá e de outras 12 etnias do Peru e Brasil, estiveram na frente da sede da OTCA, em Brasília, para protestar contra a construção de duas rodovias nos dois países [3]. Os representantes participaram da 8ª Reunião da Comissão Transfronteiriça Yurúa/Juruá/Alto Tamaya que contou com a participação da Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ), da Associação Ashaninka do Rio Amônia (APIWTXA), da Organização Regional Aidesep Ucayali (ORAU) e da Associação de Comunidades Nativas para o Desenvolvimento Integral de Yurúa Yono Sharakoiai (ACONADYSH). Ao final do encontro, as lideranças entregaram uma carta pública solicitando a suspensão da proposta de construção da rodovia ligando Cruzeiro do Sul, no Acre, a Pucallpa, na região de Ucayali, no Peru; e a estrada UC-105, aberta de modo ilegal do lado peruano, entre *Nueva Italia* e *Puerto Breu*.

Além de violar os direitos indígenas, os manifestantes alegaram que os projetos contribuem para a degradação ambiental e a ampliação de atividades ilícitas e colocam em risco as populações que residem no Alto Juruá (Brasil) e Yurúa e Alto Tamaya (Peru), contribuindo ainda para o retrocesso nos compromissos assumidos pelos países à nível internacional. Outros pontos levantados no documento foram: a criação de pontos permanentes de fiscalização de atividades ilegais; a justiça pelos assassinatos de quatro lideranças indígenas em 2014, com inclusão de medidas de proteção às famílias ameaçadas e prisão dos responsáveis; a proteção das nascentes dos rios Amonia, Sheshea, Tamaya, Dorado e Shatanya; a defesa de um modelo de desenvolvimento compatível com o modo de vida das populações indígenas e a defesa dos territórios.

No dia 15, a Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, se encontrou com o novo secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do Brasil [4]. O encontro aconteceu durante a passagem do secretário pelo Polo Industrial de Manaus (PIM), onde ele visitou empresas e um instituto de ciência e tecnologia ligados à Zona Franca de Manaus. No dia seguinte, Grazziotin participou do “Diálogo sobre Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”, promovido pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) [5]. O evento reuniu pesquisadores, representantes de instituições de

ensino e pesquisa pública e privadas sediadas no Amazonas e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM).

Uma das problemáticas levantadas foi a de que os editais públicos de fomento à pesquisa em tecnologia e inovação devem levar em consideração a realidade das pessoas que vivem na Amazônia. Nesta agenda, a OTCA publicou a Resolução XIV MRE-OTCA 13, que criou a Rede Amazônica de Inovação e Difusão Tecnológica, da qual participam instituições como o INPA, o Museu Emílio Goeldi e o Instituto Mamirauá; a Resolução XIV MRE-OTCA 16 que estabeleceu o Painel Técnico-Científico Intergovernamental para a Amazônia; e a Resolução XIV MRE-OTCA 26, que reativou a cooperação entre a OTCA e a UNAMAZ.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/parceria-fortalece-economia-verde-e-integracao-transfronteirica-na-amazonia>
- [2] Disponível em: <https://repam.org.br/repam-brasil-se-reune-com-a-otca-para-fortalecer-articulacoes-regionais-em-defesa-da-amazonia/>
- [3] Disponível em: <https://epope.com.br/indigenas-do-brasil-e-peru-entregam-carta-em-brasilia-e-pedem-fim-de-projetos-que-ameacam-regiao/>
- [4] Disponível em: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/assuntos/noticias/secretario-de-inovacao-do-mcti-visita-industrias-e-ict-na-zona-franca-de-manaus>
- [5] Disponível em: <https://ufam.edu.br/noticias-destaque/6601-dialogo-sobre-ciencia-tecnologia-inovacao-e-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia-reune-pesquisadores-e-gestores-publicos-na-ufam.html>